Ano X nº 94 – Fevereiro/Abril – 2015

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

XX CNPT aprofunda debates sobre o futuro do trabalho no Brasil

A terceirização sem limites foi o foco principal das discussões no evento promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho entre os dias 16 e 19 de abril, em São Paulo. Especialistas criticaram enfaticamente o Projeto de Lei (PL) 4330/04, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados.

Páginas 12 a 19

Foto: Ascom/ANPT

Foto: Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

RETROCESSO SOCIAL: Câmara aprova PL que permite a terceirização sem limites

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 4330/04, que permite a prática da terceirização de serviços em todas as atividades das empresas, sem as limitações existentes atualmente. ANPT empenhou esforços para impedir a aprovação deste PL que, para a entidade, representa uma tragédia social e um enorme retrocesso em termos de desrespeito aos direitos dos trabalhadores.

Páginas 6 a 8

CHACINA DE UNAÍ

Ato marca os 11 anos de impunidade

Página 3

COMBATE À CORRUPÇÃO

Atuação do MP é tema de debate com PGR

Página 5

6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste

Foi realizado, entre os dias 04 e 06 de março, o 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste, promovido pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Cearense do Ministério Público (ACMP). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, que aconteceu no dia 04 de março em Fortaleza (CE).

Foto: Ascom/Conamp

ANPT se fez presente na abertura do congresso

Foto: Ascom/PRT-15

Procurador recebeu a homenagem das mãos do General João Camilo Pires de Campos

Diploma do Exército Brasileiro

O procurador do Ministério Público do Trabalho em Campinas Eduardo Luís Amgarten foi agraciado com o diploma de "Colaborador Emérito do Exército", em solenidade que aconteceu dia 17 de abril, na Escola de Cadetes de Campinas (Espcex). O diploma é concedido a personalidades e instituições que possuam "elevado conceito na classe e na comunidade à qual pertençam e tenham praticado ação destacada ou serviço relevante em prol dos interesses e do bom nome do Exército Brasileiro".

Ano Judiciário 2015 no STF

O Ano Judiciário 2015 foi aberto, dia 02 de fevereiro, na sede do Supremo Tribunal Federal (STF), pelo presidente da Suprema Corte, ministro Ricardo Lewandowski. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado do vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou da solenidade, que contou também com a presença de diversas autoridades dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, comandantes das Forças Armadas, entre outras, assim como de dirigentes de entidades de classe do Ministério Público e da magistratura.

Posse na Academia Brasileira de Direito do Trabalho

Foto: Ascom/ANPT

Diretora de Comunicação da ANPT participou do evento

Foi empossado, dia 27 de fevereiro, na cadeira 26 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT) o procurador Regional do Trabalho aposentado, e ex-diretor da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)- no biênio 2012/2014, quando foi diretor de assuntos jurídicos –, José Cláudio Monteiro de Brito Filho. A solenidade aconteceu em Belém (PA) e a ANPT se fez presente por meio de sua diretora de comunicação, Heleny Ferreira de A. Schittine.

José Cláudio foi eleito com 33 votos, de 58 cédulas, para ocupar a cadeira deixada pelo acadêmico Irany Ferrari. Durante a solenidade de posse, o procurador fez diversos agradecimentos a pessoas que participaram de sua trajetória e o ajudaram a, em suas palavras, "chegar até onde está".

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2014/2016**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
Presidente

Ângelo Fabiano Farias da Costa
Vice-Presidente

Marcelo Adriano da Silva
Secretário-Geral

Ana Cláudia Rodrigues B. Monteiro
Diretora Financeira

Rafael Garcia Rodrigues
Diretor de Relações Institucionais

Ericka Rodrigues Duarte
Diretora de Assuntos Jurídicos

Helder Santos Amorim
Diretor de Assuntos Legislativos

Alice Nair Feiber Sonego Borner
Diretora de Assuntos Sociais e de Eventos

Heleny Ferreira de A. Schittine
Diretora de Comunicação

Márcia Bacher Medeiros
Diretora

Jeibson dos Santos Justiniano
Diretor

Celeste Maria Ramos M. Medeiros
Diretora

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão.
Tiragem: 1700 exemplares; **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br,
Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1108, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Ato em frente ao STF marca os onze anos de impunidade da Chacina de Unaí

Onze mil balões de cor preta foram soltos na manhã do dia 28 de janeiro, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, para marcar os onze anos do assassinato de três auditores-fiscais do Trabalho e de um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, durante fiscalização rural em fazendas no interior de Minas Gerais, onde havia denúncia de prática de trabalho em condições análogas às de escravo. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do ato, que aconteceu em frente à sede do Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de os executores do crime, conhecido como Chacina de Unaí, já terem sido condenados em 2013, aqueles que são apontados como mandantes e intermediários envolvidos na chacina ainda não foram julgados, mesmo já decorrida mais de uma década.

Durante sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou que participar mais uma vez do ato traz um sentimento misto. "Inicialmente, chama-nos a atenção que, mesmo passado tanto tempo desse crime bárbaro, ainda se reúnam tantas pessoas, representantes de tantos órgãos e entidades, clamando por justiça e sem perder o entusiasmo, mas, por outro lado, seria muito bom que essa questão já estivesse solucionada e que pudéssemos utilizar esse entusiasmo para outras questões, como avançar no combate ao trabalho escravo, na melhoria das relações de trabalho e de tantas outras questões relevantes", disse.

O presidente da ANPT disse também que "a situação se torna ainda mais grave porque, para além do assassinato de quatro pessoas, já abominável sob qualquer circunstância, o caso representou um crime contra o próprio Estado Brasileiro, pois estavam elas no exercício de suas atribuições públicas, as quais, vale lembrar, diziam respeito ao combate ao trabalho escravo", completou.

Presidente da ANPT durante seu pronunciamento

Fotos: Ascom/ANPT

Onze mil balões de cor preta foram soltos durante o ato

O procurador disse ainda que é inconcebível pensar em um julgamento justo na cidade de Unaí. "Esperamos que o STF dê uma resposta à sociedade, determinando a realização desse julgamento. Urge, finalmente, seja ele realizado e concluído, garantindo-se sua realização de maneira célere e imparcial, o que seguramente não ocorreria na hipótese de o júri se dar na cidade em que são detentores de grande poder político os acusados, razão pela qual tal hipótese não seria minimamente razoável nem tampouco lógica", completou.

Conatrae reúne-se no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo com a presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram, dia 28 de janeiro, da reunião ordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). O encontro aconteceu na sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e debateu, entre outros temas, a semana nacional de combate ao trabalho escravo, com a presença da ministra Ideli Salvatti, presidente da Comissão, e do ministro Manoel Dias, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Um dos temas tratados na reunião foi imprescindibilidade de serem intensificadas ações e medidas efetivas voltadas para otimizar o combate ao trabalho escravo. O grupo também tratou da mobilização, em Brasília, que ocorreu na manhã do dia anterior na Praça dos Três Poderes, e avaliou como positivo o ato, que reuniu grande número de participantes. Eles destacaram a relevância de se buscar a imediata resolução do julgamento do crime conhecido como a Chacina de Unaí, cuja impunidade tem repercussão, também, no combate à escravidão contemporânea.

Reunião aconteceu na SDH

Foto: Ascom/ANPT

Membros do MPU de todo o Brasil participam de curso de sensibilização em Direitos Humanos

Foto: Ascom/PRT-10

Presidente da ANPT saudou os participantes do evento

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promoveu, dias 24 e 25 de março, o curso de aperfeiçoamento "Sensibilização em Direitos Humanos com foco nos instrumentos e mecanismos das Nações Unidas". A atividade teve o objetivo de atualizar os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério Público Federal (MPF) em relação às convenções e aos pactos internacionais sobre o tema, além de discutir conceitos, fundamentos e sistemas de proteção dos direitos humanos. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou parte do curso, saudando os organizadores e participantes do evento, realizado no auditório da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Procuradores de todo o Brasil participaram do curso. O treinamento, que teve orientação pedagógica do procurador do Trabalho Rafael Dias Marques, envolveu estudos sobre os fundamentos e o conceito de direitos humanos, a Declaração Universal de Direitos Humanos, o papel da Organização das Nações Unidas (ONU), os comitês e convenções internacionais, os sistemas de proteção e a relação entre direitos humanos e o direito ao trabalho decente.

À frente da atividade acadêmica estiveram o especialista em Capacitação e Políticas Públicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) Konstantinos Tararas, a assessora de Direitos Humanos da ONU no Brasil, Angela Pires, e o representante regional adjunto do Escritório para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Humberto Henderson.

* Com informações da ESMPU

ANPT solicita relação de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) oficiou ao ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, requerendo, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), fosse disponibilizada à entidade a relação dos empregadores, sejam pessoas físicas ou jurídicas, de todo o território nacional que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo. A solicitação foi em decorrência de o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, durante o recesso da Suprema Corte, ter concedido medida liminar pleiteada pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), suspendendo a eficácia da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2/2011 e da Portaria MTE nº 540/2004, referentes, ambas, ao cadastro de empregadores em relação aos quais se tenha constatado a submissão de trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo, também conhecida como "lista suja do trabalho escravo".

De acordo com a Associação, o intuito era, a partir do fornecimento oficial dessas informações pelo MTE, dar ampla publicidade acerca dos teor delas, na linha do que se discutia como possível estratégia a ser adotada por várias entidades que integram a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

DESDOBRAMENTOS

Três meses após a revogação da lista suja pelo STF, o governo Federal anunciou, dia 31 de março, a edição de uma nova portaria interministerial que recria o cadastro de empregadores flagrados com mão de obra análoga à de escravo, utilizando a Lei de Acesso à Informação como amparo legal.

A nova portaria, redigida com auxílio da Advocacia Geral da União (AGU), busca esclarecer um dos principais argumentos utilizados por Lewandowski para embasar sua decisão: a de que a portaria anterior, agora revogada, não explicitava procedimentos e instâncias a serem acionados pelos advogados de um empregador acusado por trabalho escravo, o que violaria seu direito à ampla defesa.

*Com informações da Repórter Brasil

Reunião com o procurador-geral da República debate atuação do MP no combate à corrupção

No dia 24 de março, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da III reunião extraordinaria do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), na qual esteve presente, também, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, assim como procuradores-gerais de diversos ramos do Ministério Público da União e dos Estados, conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além de dirigentes de todas as Associações de classe do Ministério Público (MP) brasileiro e representantes de entidades representativas dos membros do Poder Judiciário. Na ocasião, o chefe do Ministério Público da União falou sobre a instituição diante do atual cenário de combate à corrupção no Brasil e destacou a necessidade de atuação conjunta entre os ramos do MP para a maior efetividade na resolução dessa grave questão.

Representantes de associações do MP de todo o país participaram da reunião

Fotos: Ascom/ANPT

Ao se pronunciar no evento, o presidente da ANPT disse que se mostra indiscutível que o Ministério Público do Trabalho (MPT) e seus membros desenvolvem uma atuação concatenada no combate à corrupção, a começar pelo próprio combate às contratações irregulares na Administração Pública. "Não podemos olvidar que quem pratica atos ilícitos, quem se corrompe não são as instituições abstratamente consideradas, mas sim pessoas, e aqueles que adentram nos quadros da Administração de forma ilícita não têm nenhum compromisso com a sociedade, mas sim com aqueles que os colocaram ilicitamente naqueles cargos e funções, daí se mostrando a relação dessas contratações com práticas de corrupção", ressaltou.

ANPT falou sobre a relação da atuação do MPT com o combate à corrupção

O presidente da ANPT destacou também o quão importante é a parceria entre todos os ramos do Ministério Público no combate à corrupção. "Importante destacar que a ANPT e seus Associados estão sem dúvida nenhuma irmanados nessa questão e estamos à disposição para colaborar no que for possível. Os membros do MPT estão juntos, tenham certeza, da Procuradoria-Geral da República e de todo o Ministério Público brasileiro na defesa dos interesses mais caros da sociedade", finalizou.

Pacote anticorrupção é lançado no Palácio do Planalto com a presença da ANPT

Na manhã do dia 18 de março, a presidente da República, Dilma Rousseff, lançou o Pacote Anticorrupção, que trata de um conjunto de propostas elaboradas pelo Executivo para inibir e punir irregularidades na Administração Pública. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade, que aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília.

De acordo com a presidente da República, o combate à corrupção é uma questão fundamental na democracia. "A guerra contra a corrupção deve ser, simultaneamente, uma tarefa de todas as instituições, uma ação permanente do governo e também um momento de reflexão da sociedade de afirmação de valores e de éticos", afirmou.

RETROCESSO SOCIAL:

Câmara aprova PL que permite a terceirização sem limites

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, dia 8 de abril, o texto-base do Projeto de Lei (PL) 4330/04, que permite a prática da terceirização de serviços em todas as atividades das empresas, sem as limitações atualmente existentes. Foram 324 votos a favor do texto, 137 contra e 2 abstenções. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram ao longo de todo o dia na Casa legislativa, inclusive no plenário durante as discussões e votação, já à noite, ocasiões em que, na linha do trabalho que já vem sendo desenvolvido há bastante tempo, intensificaram os contatos com os parlamentares com o intuito de evitar o que eles chamam de uma verdadeira "tragédia social e um enorme retrocesso em termos de desrespeito aos direitos dos trabalhadores", que foi a aprovação da matéria.

"Um dia, definitivamente, absolutamente lamentável", afirmou o presidente da ANPT sobre a aprovação do projeto que, de acordo com ele, causa grandes malefícios para toda a sociedade. "A aprovação desse PL leva a uma verdadeira reforma trabalhista sem precedentes, precarizando de maneira exponencial as relações de trabalho, com gravíssimas consequências para toda a sociedade", enfatizou Azevedo Lima.

Foto: Ascom/ANPT

Vice-presidente da ANPT tratou do tema com o deputado Valtenir Pereira (PROS-MT)

O substitutivo apresentado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), que relatou a matéria em Plenário, manteve a possibilidade de a terceirização ocorrer em relação a qualquer das atividades da empresa. O texto não usa os termos atividade-fim ou atividade-meio, permitindo a terceirização de todos os setores de uma empresa. Sobre esta questão, o presidente da ANPT ressaltou que "a terceirização desenfreada, permitida pelo projeto, levará a um cenário dantesco de precarização dos direitos sociais". Ainda segundo ele, "o que se observa, em algumas alterações pontuais do texto

Fórum Nacional de Combate à Terceirização reúne-se com

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 22 de janeiro, de audiência com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto. O objetivo da reunião era entregar carta do Fórum Permanente em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

Na carta, o Fórum cobra do Governo Federal os compromissos assumidos na última campanha eleitoral no sentido de que não haja a redução de direitos trabalhistas. O texto requer, ainda, uma posição mais enfática contrária a quaisquer propostas legislativas que liberem a terceirização ou que progridam em relação à Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho.

Foto: Ascom/ANPT

Secretário-geral da presidência recebeu representantes do Fórum da Terceirização

Em sua intervenção, Farias da Costa destacou que "a terceirização e os maléficos efeitos dela advindos têm sido objeto de grande preocupação dos membros do Ministério Público do Trabalho que enfrentam, diuturnamente, em suas investigações e ações judiciais, inúmeras irregularidades existentes em relações de trabalho terceirizadas". Ele citou como exemplo o trabalho em condições análogas à de escravo, condições precárias de trabalho, discriminação de remuneração e de benefícios, dentre outras, "de modo que se mostra imprescindível a intervenção do Governo para

ocorridas previamente à votação, é uma clara tentativa de dar roupagem de legitimidade ao que é absolutamente ilegítimo".

No dia 22 de abril, a Câmara concluiu a votação do PL, aprovando uma emenda que manteve a permissão, na prática, de terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado e que alterou diversos pontos do texto-base da proposta.

ARTICULAÇÃO

A ANPT esteve presente na Câmara dos Deputados, no mês de abril, todos os dias de sessão daquela Casa Legislativa para tentar articular para que a aprovação não ocorresse. Nessa linha, foi criada, inclusive, uma campanha e reativada uma petição eletrônica contra a aprovação do PL, que obteve milhares de subscrições, com cerca de 16 mil assinaturas confirmadas após alguns dias de campanha.

Foto: Ascom/ANPT

Dirigentes da ANPT e do Sinait atuaram juntos

No dia 07 de abril, o vice-presidente da ANPT participou da reunião de bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo tema em discussão era justamente o PL da terceirização. Durante sua manifestação, Farias da Costa deixou clara a posição da ANPT e dos membros do Ministério Público do Trabalho, enfaticamente contrária ao PL, que, de acordo com ele, precariza intensamente as relações de trabalho no Brasil.

O procurador ressaltou alguns aspectos pelos quais a ANPT é contrária ao projeto da maneira como ele está formatado atualmente. "A terceirização de uma forma desmedida, desregrada e que não traz uma proteção mínima ao trabalhador, intensifica a degradação das relações de trabalho. A rotatividade entre os terceirizados é muito superior em relação aos trabalhadores contratados de forma direta e, além disso, esses profissionais recebem menores salários, têm menos benefícios, além de estarem inseridos num contexto que ocasiona o enfraquecimento da classe trabalhadora como um todo", informou Farias da Costa.

"Em nome da ANPT e do MPT venho pedir aos parlamentares do PSB que nos apoiem e não aprovem o PL 4330 da maneira como ele está", enfatizou o vice-presidente da ANPT.

O vice-presidente da entidade também participou de reunião da bancada do PT, em que, após exposição de representantes do Fórum Nacional de Combate à Terceirização, foi externada posição expressamente contrária ao PL 4330 e garantiram opor resistência à aprovação do Projeto de Lei.

ministro da Secretaria-Geral da Presidência

evitar a aprovação de projetos de lei que permitam o avanço da terceirização".

O ministro Miguel Rossetto, por sua vez, expôs que a posição do governo é contrária à redução de direitos trabalhistas e, por sua vez, à liberalização da terceirização. Ressaltou também que iria conversar internamente acerca das atuais negociações com o Poder Legislativo, comprometendo-se a dar continuidade ao diálogo com o Fórum e com as centrais sindicais.

No dia 6 de abril, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade estiveram novamente com o ministro Rossetto para tratar da questão da terceirização e solicitar uma posição mais enfática do governo contra o PL 4330.

Ainda nesse dia, os integrantes do Fórum estiveram reunidos novamente, desta vez na liderança do PT na Câmara dos Deputados. A reunião aconteceu para debater o Projeto de Lei (PL) 4.330/2004, cuja votação em Plenário estava prevista para acontecer no dia seguinte, bem como as estratégias relacionadas para que se tentasse barrar a aprovação da proposição legislativa, reunião esta que se repetiu ao longo dos dias e das semanas seguintes.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT reunida com entidades na Câmara dos Deputados

"O PL 4330 representa uma reforma trabalhista extremamente precarizante"

Com esta linha argumentativa, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou de audiência pública no dia 13 de abril, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O evento, que foi presidido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), contou com a participação do vice-presidente da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da costa, e do diretor de assuntos legislativos da entidade, Helder Santos Amorim, que também se pronunciou na audiência, representando o Ministério Público do Trabalho (MPT).

Logo no início de sua manifestação, o presidente da ANPT deixou clara a posição dos membros do MPT sobre o Projeto de Lei (PL) 4330/04. De acordo com ele, o PL tem um viés extremamente precarizante. "Desde o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda na década de 40, nunca os direitos sociais receberam um ataque tão grave e frontal que tem por objetivo, na verdade, quebrar a espinha dorsal do Direito do Trabalho, como acaba por fazer o PL 4330", ressaltou.

O presidente da ANPT destacou pontos por ele considerados relevantes, como o imprescindível tratamento isonômico entre trabalhadores, a necessidade de se responsabilizar solidariamente toda a cadeia produtiva, a relação do aumento das hipóteses de terceirização com a proliferação de casos de corrupção, além da diminuição drástica da arrecadação e aumento de custos no sistema de saúde e de assistência social, entre outros.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente e diretor de assuntos legislativos da ANPT participaram da audiência

O diretor de assuntos legislativos da ANPT, por sua vez, enfatizou, ao longo de seu pronunciamento, que, no entender do MPT, o projeto é inconstitucional. "Terceirizar atividade finalística é inconstitucional. Atinge direitos fundamentais como o direito à greve, acordos e convenções coletivas, reduz a remuneração dos trabalhadores e as contribuições para a Previdência", disse.

*Confira a íntegra da matéria no *site* www.anpt.org.br

Terceirização e reforma política são temas de reunião com deputada Luiza Erundina

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos, dia 09 de abril, com a deputada Luiza Erundina, integrante da mesa diretora da Câmara dos Deputados. A aprovação do Projeto de Lei (PL) 4330/04, que permite a prática da terceirização de serviços em todas as atividades das empresas, sem as limitações atualmente existentes, e a reforma política no Brasil foram os temas centrais da conversa.

Durante a reunião, os dirigentes da ANPT ressaltaram para a deputada o quão maléfico o PL é para os trabalhadores de todo o país. A parlamentar disse que também é contra o projeto e, inclusive, sugeriu uma parceria com a entidade para, juntos, traçarem estratégias contra a terceirização sem limites, especialmente na Câmara dos Deputados, que, de acordo com ela, chega a envolver 20 mil postos de trabalho, buscando-se, a partir daí, desenvolver um trabalho de resguardo dos direitos de tais trabalhadores que pode servir de paradigma para alterações na legislação trabalhista.

Foto: Ascom/ANPT

Deputada discutiu pauta de atuação convergente com ANPT

Em relação à reforma política, os dirigentes da ANPT ressaltaram a necessidade de os membros do Ministério Público terem restabelecida sua capacidade eleitoral passiva, podendo vir a ter, inclusive, representantes no parlamento. Eles sugeriram, ainda, que fosse levado ao parlamento mais uma vez o debate sobre essa questão, "ainda mais considerando o atual momento, extremamente propício, em que a Casa debate, de maneira aprofundada, a imprescindível reforma política pela qual clama a nação", destacou o presidente da ANPT.

ANPT reúne-se com senador para debater reforma política

A reforma política no Brasil foi tema de reunião com o senador Eduardo Amorim (PSC/SE), no dia 25 de fevereiro, da qual participaram o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, além de representantes de outras entidades de classe do Ministério Público brasileiro, como a presidente da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti. A Medida Provisória (MP) 664, mais especificamente as alterações relativas às regras referentes a pensão por morte, também foram abordadas durante a reunião.

Foto: Ascom/ANPT

Senador recebeu, em seu gabinete, representantes de entidades de classe do MP

Em relação à questão da reforma política, o grupo abordou a necessidade de os membros do Ministério Público terem restabelecida sua capacidade eleitoral passiva. "Não há como se admitir a permanência da situação verificada atualmente, em que só nos é permitido o exercício de uma cidadania pela metade, sem que tenhamos, ao contrário de todas as demais classes e de todos os demais brasileiros, a possibilidade de ter representantes para defender, de forma direta, os interesses que reputamos mais caros ao Ministério Público e à sociedade como um todo", enfatizou o presidente da ANPT.

Eduardo Amorim afirmou que adotará as providências necessárias, juntamente com sua assessoria, para que sejam aprofundados tais debates, já destacando, de antemão, que se sente honrado em poder capitanear tal discussão no âmbito do Senado, a qual ele classificou como muito relevante. Ele enfatizou que se mostra totalmente favorável a esse pleito dos membros do Ministério Público.

"Não abram mão de lutar por isso. Vocês têm um papel fundamental na transformação deste país. Vivemos com muitas mazelas, mas conquistamos muito e isso se deve bastante ao Ministério Público. Se não fossem vocês, seria muito pior a situação atual do nosso país, infinitamente pior", disse o senador.

Na reunião, o presidente da ANPT abordou também outro assunto importante para os membros do MP que é a questão tratada na Medida Provisória (MP) nº 664, de 30 de dezembro de 2014, que altera algumas leis, em especial no que diz respeito a benefícios previdenciários, mais precisamente pensão por morte, abordando a inaplicabilidade nas novas regras instituídas pela MP à carreira dos membros do Ministério Público da União.

De acordo com Nota Técnica produzida pela ANPT sobre o tema, a qual fora apresentada ao senador durante a reunião, as alterações promovidas pela medida provisória nos benefícios previdenciários (pensão por morte) não abarcam a situação jurídica dos membros integrantes do Ministério Público da União (MPU), que se regem pelo contido na Lei Complementar nº 75/93.

"Entendemos ser muito importante explicitar, conforme o faz emenda apresentada pelo senador Amorim, que as carreiras do Ministério Público da União, assim como outras carreiras de Estado que gozam de regime especial entabulado em legislação complementar, não são alcançadas pelas modificações veiculadas no texto da medida provisória", destacou o presidente da ANPT.

Entidades de classe do Ministério Público manifestam-se contra a "PEC da bengala"

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e as demais entidades de classe do Ministério Público (MP) brasileiro divulgaram nota pública, dia 9 de fevereiro, por meio da qual reiteraram sua manifestação contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 457/2005, conhecida como "PEC da bengala". A proposta busca elevar a idade de aposentadoria compulsória no serviço público de 70 para 75 anos.

De acordo com o texto, a proposta implica graves prejuízos ao interesse público e às carreiras do MP e do Judiciário, em virtude da tendência à estagnação da jurisprudência dos tribunais brasileiros, do engessamento das carreiras, dos obstáculos ao desenvolvimento gerencial dos órgãos do Poder Judiciário e Ministério Público, de o Brasil ser ainda um país de instituições novas, as quais, em especial as instituições jurídicas, precisam, para sua natural evolução, também, de constante atualização do pensamento de seus integrantes. A nota destaca, também, o fato de a proposta contrariar a reiterada posição do Parlamento no sentido da necessidade de renovação dos quadros do Judiciário e do MP como forma de legitimar ainda mais o exercício de suas funções, em consonância com o sistema republicano.

*Confira a íntegra da nota no site www.anpt.org.br

PEC que eleva idade para aposentadoria compulsória é aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, dia 04 de março, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 457/05, que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). A proposta foi aprovada com 317 votos favoráveis, 131 contrários e 10 abstenções. A PEC ainda precisa ser votada em segundo turno e ser promulgada em sessão do Congresso para poder entrar em vigor.

A ANPT, juntamente com outras entidades de classe do Ministério Público, vinha intensificando as articulações com diversos parlamentares, inclusive com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), para expor os malefícios e todas as consequências da aprovação da matéria.

Para o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a aprovação da PEC no primeiro turno causa grande preocupação, uma vez que a proposta acarreta um impacto "não só no aspecto financeiro-orçamentário, indiscutivelmente existente também, mas, de forma especial, com a própria inviabilização, que ocorrerá de maneira inevitável, de renovação do pensamento e dos posicionamentos defendidos e firmados pelos integrantes dessas importantes carreiras de Estado, para o que se mostra imprescindível uma permanente e contínua atualização".

Dias antes, 18 de março, os dirigentes da ANPT estiveram reunidos com o deputado Carlos Zarattini (PT/SP), da liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara. Durante o encontro, o grupo discutiu com o parlamentar sobre a possibilidade de se construir um consenso no sentido de, como alternativa a essa PEC, vir a se tratar da fixação de mandato para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Essa sugestão de alteração, de acordo com o presidente da ANPT, leva em consideração a atual conjuntura política, em que os parlamentares da oposição, assim como parte significativa da Câmara, têm demonstrado divergência com o Executivo Federal nos últimos tempos, mas sem deixar de considerar que questões relevantes como esta não podem ser tratadas tomando por base apenas divergências político-partidárias momentâneas ou de ocasião.

A ANPT também buscou e tem intensificado as discussões com diversos parlamentares, tanto ligados ao governo quanto da oposição, na busca da construção desse consenso da alternativa à PEC. No começo de março, mais precisamente dia 3, a ANPT, acompanhada de representantes de outras entidades de classe, particiou da reunião de bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na ocasião, foi destinado espaço para apresentação de argumentos, pelos representantes classistas, acerca da PEC.

Vale lembrar que a ANPT, em parceria com as outras entidades de classe do MP, empreendeu forte mobilização na Câmara para tentar barrar a aprovação da matéria cuja votação, inclusive, já havia sido adiada no dia 10 de fevereiro.

Reunião com o presidente da Câmara dos Deputados

Fotos: Ascom/ANPT

Grupo reunido na liderança do PT na Câmara

Líder do PTB, Jovair Arantes, recebeu a visita de representantes de entidades do classe do MP

Coordigualdade promove reunião nacional com a presença da ANPT

A Coordenadoria Nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação do Trabalho (Coordigualdade), do Ministério Público do Trabalho (MPT), promoveu, dia 24 de março, a sua XVII reunião nacional. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da abertura.

Durante sua saudação aos participantes da reunião, Azevedo Lima discorreu acerca do cenário político-econômico atualmente verificado e as repercussões dessa situação para todo o Ministério Público brasileiro. Ele destacou que a instituição e seus membros têm sido atacados "não por falha da nossa atuação, mas sim, e de maneira enfática, pela eficiência dos membros do Ministério Público no combate às mais variadas irregularidades nos mais diversos segmentos".

Ele informou que a ANPT, oficializando tratativas já iniciadas em contatos mantidos anteriormente em solenidade realizada no Palácio do Planalto, encaminhou ofício ao Ministro de Estado da Justiça e ao Secretário da Reforma do Judiciário ressaltando a importância de participarem os membros do MPT de todos os debates e fóruns estabelecidos com o intuito de buscar avanços no combate à corrupção.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT esclareceu questões de interesse dos procuradores

Segundo o presidente da ANPT, os membros do MPT têm "atuação importantíssima nessa seara, tal como se dá no combate às contratações irregulares no âmbito da Administração Pública, aí incluída a atuação envolvendo contratos de prestação de serviços que já nascem muitas vezes por meio de licitações fraudulentas, de modo a demonstrar ser indiscutível a nossa atuação nesse campo e, também por isso, mostra-se fundamental que participemos de todas essas discussões, conforme já expusemos no âmbito do Ministério da Justiça", destacou.

Migrações e Trabalho constituem tema de livro lançado com conclusões de seminário internacional

Foi lançado, dia 11 de março, o livro "Migrações e trabalho", que reúne a concretização de estudos e pesquisas que nortearam as palestras e debates ao longo do "Simpósio Internacional Migrações e Trabalho", promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em março de 2014. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram do lançamento, que aconteceu na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Brasília, e contou com a presença de diversos membros do MPT.

A obra tem início com estudos acerca das migrações em geral, no plano nacional e internacional, com histórico e análise de suas múltiplas facetas. De acordo com os organizadores do livro, os procuradores do Trabalho Erlan José Peixoto do Prado e Renata Coelho, a complexidade e a heterogeneidade das migrações contemporâneas são abordadas por renomados especialistas.

"A presença de migrantes influencia nossos hábitos, nossa perspectiva jurídica, política e econômica das relações sociais e internacionais. É preciso buscar uma melhor compreensão dos anseios, problemas e realidade que dizem respeito a essa população, destinatária de um Direito ainda carente de efetiva concretização", ressaltam os coordenadores na apresentação da obra.

Diretoria da ANPT com os coordenadores do livro

"O PL 4330 é um símbolo nefasto das discussões

Fotos: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT durante seu pronunciamento na abertura do evento

A afirmação acima é do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e foi proferida durante a solenidade de abertura do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), dia 16 de abril. O evento reuniu cerca de 300 membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o país, em São Paulo, para discutir "os desafios políticos-institucionais do MPT e o futuro do Trabalho no Brasil".

Em sua manifestação, Azevedo Lima destacou que a ANPT entende que não poderia deixar de tratar de questões que, de acordo com ele, possuem um viés absurdamente precarizante, principalmente verificadas na pauta cotidiana do Congresso Nacional. "Lamentavelmente, tem sido cada vez mais frequente a observância de discursos e de proposições legislativas que, sob a suposta justificativa da flexibilização, têm, em verdade, buscado assegurar a perda de direitos e conquistas históricas trabalhistas", afirmou.

O presidente da ANPT citou, ainda, dados estatísticos sobre as condições de trabalho dos terceirizados, como os que apontam que 80% dos acidentes fatais envolvem esse profissionais. Ele explicou também que os defensores do PL argumentam que ele viria a trazer uma regulamentação das condições de trabalho para 12 milhões de terceirizados, mas, na verdade, para Azevedo Lima, o que o projeto fará é inserir mais de 30 ou 40 milhões de outros trabalhadores nas mesmas condições precárias já vivenciadas atualmente pelos terceirizados.

"Importante que avancemos nessas discussões para que busquemos uma promoção maior dos direitos sociais e otimizemos a nossa atuação, mas não poderíamos retirar tais discussões do contexto alusivo à atuação político-institucional do Ministério Público e dos seus membros. Neste sentido, a Associação tem discutido no parlamento a possibilidade de avanços para que os membros do Ministério Público possam vir a participar efetiva e mais diretamente dos debates políticos, deixando de ser cidadãos pela metade, restabelecendo-se, assim, a capacidade eleitoral passiva dos promotores e procuradores.

A vice-procuradora-geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, que na cerimônia representou o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, parabenizou a ANPT pela escolha do tema, que, de acordo com ela, é bastante pertinente por conta do momento em que vivemos, "de questionamentos de direitos dos trabalhadores, com a possibilidade de uma terceirização ampla das relações de trabalho".

HOMENAGEM

A ANPT prestou uma homenagem ao senador Eduardo Amorim (PSC-SE), em razão de sua trajetória na defesa dos direitos sociais e das causas mais caras ao Ministério Público brasileiro. O parlamentar, em seu agradecimento, disse que era um momento de extrema emoção e que representava uma inegável conquista para ele. Amorim ressaltou sua admiração pelo Ministério Público, em especial pelo MPT.

Senador Eduardo Amorim recebeu placa de homenagem da ANPT

que envolvem o futuro do trabalho no Brasil"

Prêmio Evaristo de Moraes Filho é entregue na cerimônia de abertura do XX CNPT

Foto: Ascom/ANPT

Primeiro colocado, o procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes

Alberto Balazeiro recebeu o prêmio de segundo lugar

Sebastião Caixeta foi o terceiro colocado

Foram anunciados, durante a solenidade de abertura do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), 17/04, os vencedores da XVI edição do Prêmio Evaristo de Moraes Filho, categoria melhor trabalho arrazoado. Entre os objetivos do prêmio está a divulgação de trabalhos e arrazoados jurídicos produzidos pelos membros do Ministério Público do Trabalho.

O julgamento dos trabalhos coube a uma comissão integrada pelos procuradores Philippe Gomes Jardim, presidente da comissão, Andrea Nice Silveira Lino Lopes e Ana Claudia Nascimento Gomes. O primeiro colocado nesta edição do prêmio foi o procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes, que recebeu a medalha das mãos da diretora da ANPT Márcia Bacher Medeiros. Em segundo lugar, por trabalho produzido conjuntamente, foram premiados os associados Luis Antonio Barbosa da Silva, Alberto Bastos Balazeiro, que na ocasião representou o grupo, e Séfora Graciana Cerqueira Char. A diretora de comunicação da ANPT, Heleny Ferreira Schittine, entregou o prêmio.

Em terceiro lugar ficou o procurador do Trabalho Sebastião Vieira Caixeta, que recebeu a medalha das mãos da diretora de assuntos jurídicos da ANPT, Ericka Rodrigues Duarte.

Bandeira de Melo afirma que o projeto da terceirização é uma vergonha para o Brasil

"A terceirização no Brasil é um assunto muito triste, é uma vergonha para o Brasil. Dessa forma, o Projeto que a regulamenta é uma das maiores ameaças aos direitos trabalhistas, é um retrocesso", disse o renomado jurista Celso Antônio Bandeira de Mello durante a solenidade de abertura do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), realizada dia 16/4. Ele apresentou, na ocasião, um panorama sobre "O cenário político-institucional brasileiro e suas repercussões nos direitos sociais".

Para ele, o Brasil passa por problemas políticos gravíssimos e assegurou que este é um momento que merece muito cuidado e reflexão. "Estou assistindo coisas que eu nunca imaginei ver, nem no tempo da ditadura elas foram feitas dessa forma, e entre elas posso citar a terceirização das atividades finalísticas das empresas", destacou.

Segundo o jurista, que também é professor da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP), o tema tratado é extremamente interessante, mas também demonstra o quão preocupante se mostra a realidade hodierna. Abordando um dos assuntos mais discutidos no Brasil atualmente, e que tem dividido opiniões no âmbito de toda a sociedade, que é a Proposta de Emenda Constitucional que altera a maioridade penal de 18 para 16 anos de idade, ele destacou seu posicionamento contrário. "A maioridade penal não resolverá o chamado ´problema da delinquência juvenil´ no país. Se a proposta vier a ser aprovada ao final, teremos mais um grande retrocesso para o país", destacou.

Jurista foi o conferencista de abertura do evento

Foto: Ascom/ANPT

Professor relaciona terceirização com a exploração do trabalho escravo no Brasil

"A hodierna conjuntura sócio-política e a precarização das relações de trabalho", este foi o tema da palestra proferida na manhã do dia 17 de abril por Ricardo Antunes, livre-docente da Universidade de São Paulo (USP), no XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). De acordo com ele, é necessário entender pontos cruciais da fundamentação social que permitem o surgimento das terceirizações, da flexibilização e da crescente precarização das relações de trabalho.

Ricardo Antunes disse que é fundamental o papel do MPT para o futuro do trabalho no país

Foto: Ascom/ANPT

Neste sentido, o professor disse que o Projeto de Lei (PL) 4330/04 tem inquestionável relação com a exploração do trabalho escravo. Para ele, não é possível aceitar que um projeto como este seja tido como um paradigma na criação de empregos, conforme é anunciado por alguns setores defensores da proposição legislativa, sendo que, na verdade, representa um enorme retrocesso social e de precarização das condições dos trabalhadores brasileiros.

O palestrante disse, ainda, que só é possível entender o que é o PL da terceirização se for compreendida a posição defendida por aqueles que trabalham pela aprovação do projeto, levando-se em conta o histórico colonial e as relações de trabalho no Brasil ao longo dos anos. "Hoje estamos frente a um novo vilipêndio em relação ao direito do trabalho. Burla-se tudo que se puder burlar, com as raras exceções. Agora se exige a terceirização total. A terceirização global do trabalho. Isso é inadmissível", disse Ricardo Antunes, ao afirmar que este é o ponto principal e mais preocupante do projeto: a terceirização vai poder ser utilizada em todas as áreas das empresas.

"Uma nova servidão está sendo imposta aos trabalhadores, de modo mais profundo. Nós nunca abandonamos completamente a servidão, mas estamos, agora, no patamar de colocar em risco tudo que conquistamos no século 20. Estamos em situação vivenciada no limite. Vou fazer uma defesa científica da condenação do PL, porque a minha ciência tem valores e, portanto, pressupostos ideológicos. Ao invés de criar empregos, a terceirização de fato desemprega", pontuou.

Por fim, o palestrante lembrou que é fundamental o papel do Ministério Público, em especial do Ministério Público do Trabalho, dos movimentos sociais, dos juízes, dos sociólogos, dos intelectuais em geral, dos jornalistas e das novas mídias sociais. "Não é possível que a gente pense somente em nós e não no que se passa no futuro do trabalho, que não é mais futuro, é o imediato do trabalho no Brasil, num cenário indiscutivelmente precarizante", ponderou.

Economista fala sobre o futuro do trabalho no Brasil durante o

O futuro do trabalho no Brasil foi o tema da palestra do economista Márcio Pochmann

Foto: Ascom/ANPT

O economista Márcio Pochmann falou na tarde do dia 17 de abril sobre o Futuro do Trabalho no Brasil, durante o XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), em São Paulo. Para o especialista, doutor em Ciência Econômica pela Unicamp, o encontro veio em um momento intenso, em um ano que vai ser singular, se comparado à trajetória da última década. "Estamos diante de mudanças, não apenas do comportamento em nível de emprego, mas, em geral, estamos diante de uma recessão e uma redução do nível de atividade", revelou.

Segundo ele, todos acompanham o que está acontecendo no Poder Legislativo, que abre novamente a rodada

Palestra debate a nova legislatura e as perspectivas relacionadas aos direitos sociais no Congresso

A última palestra da sexta-feira, 17 de abril, do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), fez uma avaliação da nova legislatura e as perspectivas relacionadas aos direitos sociais no Congresso Nacional. O jornalista, analista político e diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), Antonio Augusto (Toninho do Diap), traçou um panorama da conjuntura atual e destacou as ameaças que o mundo do trabalho enfrenta e deve enfrentar, como a questão da terceirização e diversas outras de cunho precarizante.

Se não tivermos clareza das razões desse ambiente, segundo o palestrante, podemos correr o risco de sucumbirmos ao desalento e à desesperança. Para entender essa questão, "Toninho do DIAP" disse ser necessária uma volta no tempo e lembrar que na última década os brasileiros tiveram esperança, em um contexto onde aconteceu redução da pobreza, o crescimento da renda, baixa taxas de desemprego, enfim, o crescimento de uma nova classe social, onde trabalhadores mais humildes passaram, inclusive, a ser cortejados por bancos e instituições financeiras.

"A permanência e a continuidade dessas conquistas independem de conjuntura e de governanças. Isso é muito complicado, no momento em que há qualquer ameaça essas pessoas se revoltam e ficam indignadas com os governantes, o que leva à despolitização e à desqualificação das instituições. Quando se vincula isso aos agentes públicos, é pior ainda. Foi essa questão que levou às ruas milhares de pessoas em 2013 e também recentemente", explicou.

O palestrante comentou um pouco sobre o perfil de alguns parlamentares, algumas bancadas e suas interpretações e ações. "Quando se desqualifica a política, cria-se um cenário muito perigoso, notadamente porque o cidadão é vitima da ausência de política", disse. Para o analista político, "a bancada eleita para o Congresso na atual legislatura tem uma posição mais marcadamente contrária aos direitos sociais". Segundo ele, houve grande redução da bancada sindical, por exemplo. Ao mesmo tempo, o setor empresarial teve grande crescimento no parlamento.

Foto: Ascom/ANPT

Toninho do Diap traçou um panorama político sobre os direitos sociais

Em relação ao Projeto de Lei (PL) 4330/04, o palestrante disse que ele representa um ameaça permanente aos trabalhadores. "O presidente da Câmara dos Deputados foi convencido pelo empresariado para pautar essa matéria e não vai mudar o foco dessa atuação. O que tem sido dito em relação ao projeto pelo setor é que ele tem uma série de ganhos, só que isso seria muito bem vindo desde que fosse para os terceirizados na atividade-meio e não em troca da pejotização nem muito menos da terceirização na atividade-fim", afirmou.

Outra questão levantada pelo representante do DIAP diz respeito ao simples trabalhista. Segundo ele, o tema está sendo fortemente trabalhado nos bastidores do parlamento e "a proposta é uma tragédia, por considerar o empregado da pequena empresa de segunda classe, com menos direitos que os demais", entre diversas outras agressões aos direitos dos trabalhadores observados na referida proposição legislativa.

XX CNPT

que se imaginava fechada no que concerne à flexibilização da legislação do trabalho, tal como representa o Projeto de Lei (PL) 4330. O especialista explicou que o trabalho é uma variável dependente e não pode ser avaliada de forma isolada. "Ele reflete determinações mais amplas, por isso entendo que estamos submetidos a um processo de alienação muito grande que vem, de certa maneira, contaminado de interpretações mais consolidadas a respeito do tema do trabalho", apontou.

Esse processo de alienação, de acordo com Pochmann, deriva de duas ordens de abordagens. A primeira está relacionada à contaminação da perspectiva do curto prazo. "Esse método, infelizmente, contamina as análises de maneira generalizada. Dessa forma, nós estamos cada vez mais presos a essas análises de curto prazo, abandonando as perspectivas de médio e longo prazo", contou. Para ele, a abordagem, no caso do trabalho, é um processo que está condicionado a decisões que foram tomadas no passado.

Em sua palestra, Pochmann destacou que o Brasil encontra-se entre as sete maiores economias do mundo e que teria, ao longo dos anos, reduzido o número de desempregados e feito com que os salários respondessem por parcela maior da renda nacional. Ele explicou, porém, que o que permitiu fazer isso se esgotou, pois agora não há como tratar desses avanços sem mudanças maiores, mas atentando-se para que tais alterações não se dêem sob um prisma de retrocesso.

Especialistas falam sobre o impacto da tecnologia no mundo do trabalho

Foto: Ascom/ANPT

Especialistas criticaram a terceirização sem limites

O juiz do Trabalho e professor da Universidade de São Paulo (USO) Jorge Luis Souto Maior e a etnopsicanalista Heliete Karam abriram, na manhã de sábado, dia 18 de abril, em São Paulo, o último dia do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). Os especialistas palestraram sobre o Impacto da Tecnologia no Mundo do Trabalho. Na ocasião, o jurista apresentou trechos do filme A Nós a Liberdade, de René Clair, e falou sobre a organização coletiva, a estruturação de modelos da sociedade capitalista, assim como a relação do homem com o trabalho e a sociabilidade humana.

"O avanço tecnológico faz parte da essência das novas profissões do capitalismo. Não se trata, portanto, de uma situação atual, pois ela é recorrente na história do capitalismo, na qual reflete a liberdade como uma de suas maiores contradições, ocasião em que a tecnologia é utilizada para substituição de mão de obra", revelou.

De acordo com Souto Maior, a evolução tecnológica nesse aspecto enfraquece a classe trabalhadora na luta por melhores condições, sobretudo quando há aumento da mão de obra excedente, e gera sofrimento àqueles que são excluídos do processo produtivo. "Ela causa, principalmente, uma desorganização do próprio modelo de sociedade capitalista, que se vê na necessidade de reinvenção. Mas como essa reinvenção não se faz de modo a abalar a sua lógica primária, que é da livre concorrência, acaba sendo pensada meramente pela diminuição de direitos trabalhistas e das garantias sociais", disse.

Para ele, o efeito dessa visão é de que as crises do capitalismo não foram inteiramente superadas e dialeticamente estão sendo cada vez mais aprofundadas. "Nesse aspecto da organização estrutural, o direito, como pretenso regulador do capitalismo, tenta evitar o incremento da lógica que é auto-destrutiva e está nas mentes e convicções de muitos. Vêm daí as regras jurídicas da limitação das possibilidades de dispensas imotivadas dos trabalhadores e políticas sociais de garantias de sustento dos desempregados, bem como todas as regras trabalhistas que limitam explorações", apontou o jurista.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A psicóloga Heliete Karam, por sua vez, abordou a sua experiência clínica na área do trabalho, ocasião em que ouve muitos trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos seus sofrimentos mentais, o que ela chama de parte invisível do trabalho. "Do ponto de vista clínico, a tecnologia sempre existiu, ela foi da mão primitiva, como ferramenta, aos sofisticados recursos tecnológicos que temos hoje e tem sido instrumento e expressão do progresso humano, podendo contribuir para a melhoria das condições de vida e do trabalho", afirmou.

Contudo, o problema, segundo ela, é a forma com que o indivíduo se relaciona com a tecnologia, a qual denominou como um agir compulsivo em muitas ocasiões. "Trata-se de um agir compulsivo, acrítico, alienante, repetitivo, inibidor do trabalho do pensamento, capaz potencialmente de fazer com que a tecnologia seja nociva no mundo do trabalho", revelou Karam.

Ainda de acordo com ela, tudo isso mecaniza o vivo, agravado a partir do neoliberalismo e acelerado na última década pelas novas formas de gestão do trabalho, que são centradas na produtividade, no lucro, na competitividade, na concorrência que promovem a desagregação social. Para Heliete Karam, o texto base do PL 4330/2004 é uma prova de que os governantes não entendem nada de trabalho. "A mecanização do vivo compromete o trabalho porque impacta na parte viva e latente do trabalho", completou.

Participantes do XX CNPT recebem livro sobre a terceirização no STF

Os participantes do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT) receberam, juntamente com todo o material referente ao evento, o livro "Terceirização no STF: Elementos do debate constitucional", organizado pelos advogados Mauro de Azevedo Menezes, José Eymard Loguércio e Wilson Ramos Filho. A obra reúne petições apresentadas na Suprema Corte sobre a terceirização, mais especificamente em relação ao Agravo em Recurso Extraordinário n. 713.211/DF, no qual houve reconhecimento de repercussão geral e onde se discute a possibilidade de terceirização de forma ilimitada, inclusive nas atividades finalísticas da empresa.

"Precisamos buscar sempre prestar um melhor e mais efetivo trabalho para a sociedade"

A afirmação acima é do procurador do Trabalho e mestre em Direito do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro João Batista Berthier Leite Soares, durante oficina no XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT). O tema da conferência foi "A atuação político-institucional dos membros do MPT".

"Precisamos refletir sobre o trabalho, pois percebo que ele, ao longo do tempo, foi mais desvalorizado do que valorizado, principalmente quando é manual", disse. Ele ressaltou que o mundo não resolveu um problema básico, onde se tem a cultura muito forte no sentido de que o trabalho manual, por exemplo, implicaria em uma remuneração menor. "Se a gente tentar olhar um pouco de fora, percebe que são pessoas que trabalham tanto quanto nós. Esse menosprezo que ainda existe ao trabalhador manual respinga no direito do Trabalho, na justiça do Trabalho, no Ministério Público do Trabalho", ponderou. Para ele, "temos que valorizar o trabalho para valorizar o direito do trabalho e para valorizar o nosso próprio papel na sociedade".

O painelista disse que o "trabalho em dia", relacionado com o trabalho com resultados reais, é o grande drama existente hoje. Neste sentido, ele ressaltou que o problema é que as urgências formais, às vezes, parecem ficar na frente do que é realmente importante e essa é uma das grandes angústias do Ministério Público do Trabalho. "Nós temos um problema que é a incompatibilidade entre esse trabalho em dia e o trabalho com resultados reais. Temos de tentar achar um equilíbrio nisso", disse, destacando que mais importante que se perguntar se o trabalho está em dia deveria ser perguntar-se se um bom trabalho foi prestado à sociedade.

O procurador falou também sobre a possibilidade de os membros do MPT irem além do que está descrito nas regras que dizem respeito a uma atuação mais burocrática, com uma atuação politico-institucional mais eficaz. "O MP tem sim que apostar no trabalho efetivo, temos que perceber que o nosso alvo não é ter uma instituição em dia e sim ter uma instituição efetiva", apontou para em seguida destacar que nenhuma instituição pode pensar em promover um avanço político sem uma musculatura interna, um amadurecimento dos seus próprios membros, de suas atitudes. "Temos que desconfiar das nossas próprias ideias e isso nós não estamos acostumamos fazer e é importante para a democracia interna, que também há de ser sempre respeitada".

Procurador do Trabalho falou sobre a atuação político-institucional dos membros do MPT

Foto: Ascom/ANPT

Concluindo sua apresentação, o procurador citou Platão na alegoria da caverna e disse que qualquer pessoa pode sair dela. "Eu acho que nós procuradores devemos sair da caverna, termos uma atuação política sim, articular, conversar com sindicatos, com o Judiciário é importante. Sair da caverna é ver o mundo como ele é. Mas quem opta por ficar não vai ofender a Lei Complementar 75, porem, verá uma realidade que é composta por alguns vultos e não a realidade em si. A concepção dele de Ministério Público é uma pálida sombra do que a instituição deve ser. O problema é se muitos de nós ficarmos na caverna, porque aí o MP vira uma instituição sombria", completou.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi a primeira das entidades que compõem o Fórum de Combate à Terceirização a formalizar seu pedido de ingresso, na condição de "amicus curiae", no mencionado processo, constando a petição da entidade logo no início da obra aqui referida.

Além da petição da ANPT, foram também inseridas no livro as petições, em sentido semelhante, apresentadas no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), além de um artigo sobre o tema e o parecer da Procuradoria Geral da República no já referido processo judicial, de autoria do subprocurador-geral da República Odim Brandão Ferreira e que contou, também, com a chancela do procurador-geral da República, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Com o pedido apresentado ao STF, a ANPT, por meio dos advogados do escritório Aline & Roberto, demonstrou sua pretensão no sentido de contribuir técnica e juridicamente com a discussão, trazendo o cenário fático, notadamente a partir da atuação dos membros do MPT de todo o Brasil, em que se situa a terceirização no contexto nacional e os nefastos impactos sociais que ocasiona.

Associados aposentados reúnem-se com diretoria da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Associados aposentados reunidos com diretores da ANPT

Associados aposentados da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) reuniram-se com integrantes da diretoria da entidade, na tarde do dia 18 de abril, para tratar de temas de interesse mais direto e específico, bem como para buscar maior detalhamento de informações quanto à tramitação de diversos pleitos e proposições e, também, discutir estratégias de atuação. A reunião ocorreu durante a programação do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT).

Entre os temas abordados durante o encontro estavam questões relacionadas a verbas que não têm sido pagas aos aposentados. Sobre este assunto, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, relatou, de maneira detalhada, as medidas adotadas até o momento pela Associação para que se garanta o respeito da paridade entre membros da ativa e aposentados, inclusive com a formalização de pleito neste sentido no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no que a ANPT foi pioneira. Foram debatidas estratégias envolvendo tal atuação, ouvindo-se as propostas e sugestões apresentadas pelos associados aposentados e deliberando-se, conjuntamente, as providências mais adequadas a serem adotadas.

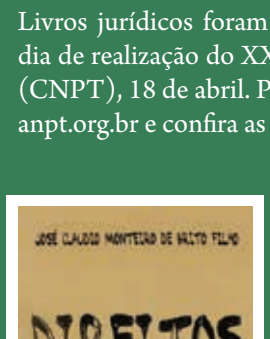
Também se discutiu, durante a reunião, questões concernentes a convênios da ANPT com planos de saúde, entre outros benefícios, medidas adotadas com êxito pela entidade para resguardo do direito à percepção integral dos proventos pelos aposentados por invalidez, inclusive a percepção de verbas pretéritas relativas ao tempo decorrido entre a aposentadoria e a promulgação da Emenda Constitucional n. 70, entre outros relevantes temas.

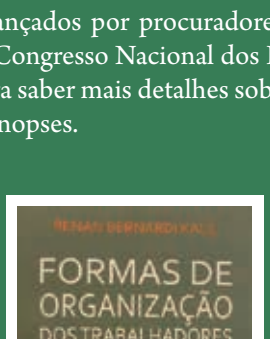
Para o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, foi muito importante e produtiva a reunião, "possibilitando que, para além dos contatos costumeiros, por e-mail e telefone, e até mesmo encontros pessoais com alguns colegas aposentados específicos, viéssemos a ter um debate mais amplo e aprofundado, presencialmente, com diversos associados sobre temas importantes e atuais, bem como debater de forma conjunta a melhor abordagem sobre as matérias em relação às quais há um interesse mais direto desses colegas", disse, enfatizando que "a Associação, daqui por diante, envidará todos os esforços para que encontros como este passem a ser frequentes".

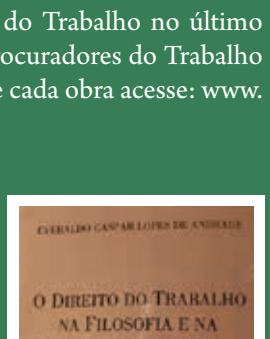
Procuradores do Trabalho lançam livros jurídicos no evento

Livros jurídicos foram lançados por procuradores do Trabalho no último dia de realização do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), 18 de abril. Para saber mais detalhes sobre cada obra acesse: www.anpt.org.br e confira as sinopses.

"Formas de Organização dos Trabalhadores Informais" - Editora LTr Ano: 2015
Autor: Renan Bernardi Kallil







Assembleia geral encerra as atividades do XX CNPT

No final da tarde de sábado, 18 de abril, encerrando as atividades do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), foi promovida a assembleia geral da categoria. Diversos temas foram tratados durante a reunião e o conselho fiscal fez a leitura de seu parecer sobre as contas da entidade, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2014 e janeiro, fevereiro e março de 2015, o qual foi aprovado, à unanimidade, pelos participantes.

Na pauta de assuntos tratados durante a reunião estava a questão da autorização para propositura de ação tratando de declaração judicial de validade do tempo de serviço na advocacia como tempo apto para aposentadoria dos membros do MPT, independentemente de comprovação da contribuição previdenciária durante o respectivo período. Foi abordada também a possibilidade de autorização para propositura de ação judicial que visa ao reconhecimento da legalidade / constitucionalidade da contagem do tempo ficto de 17% para fins de aposentadoria dos membros do MPT do sexo masculino.

Foto: Ascom/ANPT

Diversos temas foram tratados durante a assembleia

Foi abordada ainda a autorização para propositura de ação judicial que visa ao reconhecimento da legalidade / constitucionalidade da incorporação de "quintos" e/ou quaisquer outras vantagens pessoais incorporadas à remuneração dos membros do MPT, inclusive a questão que diz respeito a que sejam levados tais valores para a aposentadoria, de modo a incorporá-los aos respectivos proventos.

Outro ponto bastante discutido durante a assembleia foi o debate envolvendo possível alteração estatutária (art. 11 do Estatuto da ANPT), de modo a se passar a permitir a percepção do pecúlio também nas hipóteses de doença grave com risco iminente de falecimento de Associado e com necessidade de tratamento de alto custo (não coberto, no todo ou em parte, por plano de saúde), assim atestado expressamente por Junta Médica, não tendo havido tal alteração, inclusive por ausência do quórum necessário para mudança do Estatuto.

Houve, ainda, amplas discussões concernentes à relevância do respeito à vontade expressada pela maioria dos membros do Ministério Público do Trabalho, inclusive em se tratando da formação de listas tríplices. Neste sentido, a categoria deliberou, quase à unanimidade pela renovação, de maneira enfática, da moção da categoria no sentido de ser imprescindível o respeito à vontade da maioria na formação de listas tríplices. A ANPT, assim, deverá continuar a cobrar e a formalizar requerimentos ao procurador-geral da República para que seja nomeado o mais votado entre os candidatos ao cargo de procurador-geral do Trabalho (PGT), cobrando também do PGT a nomeação do mais votado entre os candidatos ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em vaga destinada a membro do MPT.

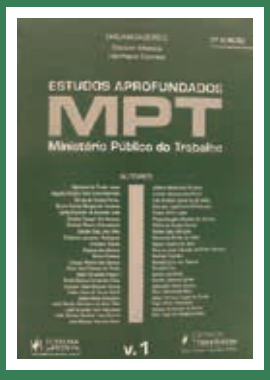
"Direitos Humanos" - Editora LTr Ano: 2015
Autor: José Cláudio Monteiro de Brito Filho

"O Direito do Trabalho na Filosofia e na Teoria Social Critica. Os sentidos do trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações" - Ltr Ano: 2014
Autor: Everaldo Gaspar Lopes de Andrade

"Dano Moral Coletivo - 4ª Edição - Editora LTr Ano: 2014
Autor: Xisto Tiago de Medeiros Neto

"Ministério Público Brasileiro: entre unidade e independência" - Editora LTr Ano: 2015
Coordenadores: Bruno Gomes Borges da Fonseca e Alexandre de Castro Coura

"Estudos Aprofundados do MPT" - Volume 2 - Editora JusPodivm Ano: 2015
Organizadores: Élisson Miessa dos Santos e Henrique Lima Correia



"O direito fundamental ao sigilo de comunicação no âmbito da utilização de correios eletrônicos profissionais" – Editora: Armador
Autor: Marcelo Crisanto Souto Maior

"Recursos de Natureza Extraordinária no TST" - Editora JusPodivm Ano: 2015
Autor: Ricardo José Macedo de Britto Pereira

Integrantes da Diretoria da ANPT reúnem-se em Brasília e em São Paulo

Os integrantes da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) estiveram reunidos, dias 3 e 4 de fevereiro, na sede da entidade, em Brasília. Entre os assuntos em pauta no encontro estavam os detalhes sobre a organização do XX Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), as providências preliminares para o 27º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), as estratégias e providências relacionadas aos interesses mais diretos da categoria, questões referentes a pedidos de assistência jurídica, providências relacionadas à divulgação da chamada "lista suja do trabalho escravo", ameaçada por discussões travadas no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), entre outros temas.

Diretoria reunida na sede da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

Em relação às estratégias relacionadas aos interesses da categoria, o grupo conversou sobre a limitação ao teto remuneratório constitucional da gratificação por exercício cumulativo de ofícios, o que acabaria, na opinião da diretoria da entidade, a própria razão de existir da legislação que trata da matéria, impedindo a remuneração, em muitos casos, de trabalho efetivamente prestado pelos membros do MPT em todo o Brasil. Outro assunto discutido pelo grupo disse respeito à decisão do ministro Ricardo Lewandowski, presidente do STF, que suspendeu a divulgação da chamada "lista suja do trabalho escravo".

Na reunião em São Paulo, que aconteceu dia 15 de abril, véspera do XX CNPT, o grupo acertou diversas questões sobre o evento, debateu a possibilidade de concessão de licença-prêmio aos membros do MPT considerando-se o tempo de serviço anterior, independentemente da forma de vínculo com a Administração Pública e medidas a serem adotadas tendo por objetivo contribuir para que sejam implementadas melhorias no Plan-Assiste, entre outros elevantes temas em pauta.

ANPT reúne-se com entidades do MP de todo o Brasil para tratar da reforma política

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 04de março, de reunião com os dirigentes das entidades representativas dos membros do Ministério Público de todo o Brasil, tanto estaduais quanto nacionais, as quais se encontravam em Fortaleza (CE) para a V reunião ordinária do conselho deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). A presença da ANPT no encontro, que aconteceu em Fortaleza (CE), deu-se a convite da presidente da Conamp, Norma Angélica Reis Cavalcanti. Em destaque, entre os temas abordados pela ANPT, a reforma política e, de modo especial, o resgate da capacidade eleitoral passiva dos membros do Ministério Público (MP).

ANPT participou a convite da Conamp

Foto: Ascom/ANPT

O presidente da ANPT relatou as tratativas que têm sido mantidas acerca dessa importante temática, inclusive em relação a reunião com o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que contou com a participação, também, de dirigentes da Conamp e na qual o parlamentar comprometeu-se em apresentar Proposta de Emenda à Constituição (PEC) tratando da possibilidade de os membros candidatarem-se a cargos eletivos e, assim, terem representação, inclusive, no parlamento brasileiro.

Azevedo Lima relatou conversa mantida com o gabinete do senador, inclusive com sua assessoria e a consultoria legislativa do Senado Federal, tratando de alguns pontos da minuta da PEC que está sendo elaborada, as quais levou para conhecimento e debate com os dirigentes das demais entidades do Ministério Público, a fim de, a partir do resultado de tais discussões, dar um retorno para os responsáveis pela elaboração da proposição legislativa acerca do posicionamento dos representantes do MP brasileiro como um todo.

Frente Associativa reúne-se em Brasília

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura (Frentas), entres eles o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, estiveram reunidos, dia 10 de março, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), em Brasília. Na pauta de assuntos discutidos estavam a definição de pauta conjunta de atuação para os próximos meses na defesa dos interesses dos membros das classes ali representadas, o debate acerca da reforma política no Brasil, o combate à corrupção, a relevância de fortalecimento das instituições, com destaque para o Ministério Público e o Poder Judiciário, além de outros temas relativos às categorias e que necessitam de atenção especial por parte das entidades que compõem a Frentas.

Reunião aconteceu na sede da Anamatra

Foto: Ascom/ANPT

De acordo com o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a reunião serviu para enfatizar a necessidade de se avançar na pauta conjunta e nas parcerias entre as entidades. Segundo ele, "mostra-se extremamente importante que intensifiquemos esse trabalho conjunto, com o que só têm a ganhar as carreiras jurídicas de Estado representadas pelas entidades que compõem a Frente – a exemplo dos membros do MPT que integram em sua quase totalidade os quadros associativos da ANPT – e a sociedade brasileira como um todo, tendo em vista os temas em destaque nessa pauta de atuação conjunta", destacou.

Além dos dirigentes da ANPT e da Anamatra, também participaram da reunião os presidentes da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT).

Nota Pública repudia atentado sofrido por promotor de Justiça em MG

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou nota pública, dia 22 de fevereiro, por meio da qual manifestou o seu repúdio e indignação em razão do atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinicius Ribeiro Cunha, membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ele foi covardemente alvejado por vários tiros, tendo sido atingido por três de mais de uma dezena de projéteis contra ele disparados na noite do dia 21 de fevereiro, no município de Monte Carmelo-MG, mais especificamente em frente à Promotoria de Justiça, quando se encontrava em pleno plantão institucional.

De acordo com o texto emitido pela ANPT, independentemente do célere trabalho de investigação já verificado logo nas primeiras horas após o atentado, aí incluídas questões como identificação de autoria, apreensão de arma e outros objetos relacionados à prática delituosa, além de prisão de envolvidos no crime, "não há como se deixar de enfatizar que graves fatos como este constituem flagrante atentado contra o próprio Estado Brasileiro". Ainda segundo a nota, o Estado não poderia se eximir de punir, exemplar e severamente, todos os responsáveis, tanto direta quanto indiretamente, "por esse crime praticado contra um agente do Estado incumbido de defender a ordem jurídica, vindo a ser ele próprio, contraditoriamente, vítima da inaceitável insegurança que se verifica diuturnamente em nossa realidade pátria e, o que é ainda mais grave, durante o efetivo desempenho de suas atribuições funcionais".

Na nota, a ANPT, ao tempo em que prestou sua solidariedade ao membro do Ministério Público "brutal e covardemente atingido, aos familiares e amigos da vítima, bem como a todos os membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais", ressaltou a necessidade de que, para além da responsabilização de todos os envolvidos nesse crime, sejam adotadas todas as providências necessárias para que situações como esta não fiquem sem punição, "o que seria inadmissível, bem como sejam implementadas todas as medidas cabíveis para que se assegure efetiva segurança institucional aos membros do Ministério Público e à sociedade brasileira como um todo, que não pode continuar refém de bárbaras circunstâncias como a verificada no caso concreto", dizia outro trecho da nota.

ATO PÚBLICO

Uberlândia (MG) foi sede, dia 27 de fevereiro, de ato público em defesa do Ministério Público e em repúdio à criminalidade em Minas Gerais e no país. O evento, que aconteceu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) da cidade, contou com a presença do delegado da ANPT no âmbito da 3ª Região (que abrange o Estado de Minas Gerais), Cesar Henrique Kluge. A mobilização foi motivada pelo atentado sofrido pelo promotor de Justiça Marcus Vinícius Ribeiro Cunha, no último dia, 21, em Monte Carmelo-MG.

*Confira a íntegra da nota no *site* www.anpt.org.br

Requerimentos administrativos sobre temas de interesse direto dos associados são formalizados pela ANPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em continuidade à permanente defesa dos direitos e dos interesses de seus associados, formalizou diversos requerimentos administrativos no primeiro trimestre de 2015, dos quais alguns merecem especial destaque.

Ao procurador-geral do Trabalho (PGT), foi pleiteada a adoção das providências necessárias no sentido de fazer cessar a tributação do Abono de Permanência, dado o caráter indenizatório da verba, no entender da entidade, bem como a ausência de fato gerador que justifique tal incidência tributária. O pedido foi indeferido pelo procurador-geral e a diretoria da Associação já deliberou, em reunião realizada no dia 15 de abril, que adotará as medidas pertinentes para tentar reverter tal decisão.

Também ao PGT foi requerido seja determinada a imediata cessação do desconto dos valores decorrentes da gratificação por exercício cumulativo de ofícios, bem como de outras verbas em situação correlata, que eventualmente ultrapassem o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), considerando-se, para fins de teto remuneratório, na pior das hipóteses, o teto efetivamente pago aos ministros da Suprema Corte, correspondente ao valor do subsídio do ministro do STF acrescido da gratificação por ele percebida ao integrar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do abono de permanência, valores percebidos por tais autoridades sem qualquer corte remuneratório a título de "abate-teto" ou equivalente. A Associação destaca seu entendimento no sentido de que não haveria como se limitar a gratificação por exercício cumulativo de funções ao teto constitucional, sob pena de se ignorar a própria razão de existir da aludida gratificação, recentemente criada por lei específica e que tem por objetivo claro estabelecer a necessária contraprestação pecuniária pelo labor extraordinário desempenhado pelos membros do Ministério Público que exercem suas atividades cumulativamente. De todo modo, considerando que tal discussão tem lugar atualmente no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a ANPT destacou que, nesse ínterim, enquanto ainda prevalece o entendimento de limitação ao teto, ao menos se deve considerar o teto constitucional não como o subsídio dos ministros do STF, mas, isto sim, o do que efetivamente se paga a tais autoridades, que é o que se deve levar em consideração em termos de limites à remuneração paga no âmbito do Poder Público.

A ANPT também adotou providências em relação à Medida Provisória (MP) n. 664, com destaque para as questões concernentes ao dispositivo que trata da pensão por morte. A entidade produziu Nota Técnica, que foi distribuída entre os parlamentares, destacando, de maneira expressa e enfática, que, com relação aos membros do Ministério Público da União (MPU), a Lei Orgânica que rege a carreira – a Lei Complementar n. 75/93 – prevê expressamente, em seu art. 235, que "a pensão por morte, devida pelo órgão previdenciário aos dependentes de membros do Ministério Público da União, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido", não podendo tal dispositivo ser derrogado pela MP, ainda que eventualmente venha a ser convertida em lei. Por esta razão, independentemente de todas as relevantes discussões que se trava atualmente quanto ao caráter precarizante da MP, há de se destacar, expressamente, que a regra ali inserida não se aplica aos membros do MPU. O senador Eduardo Amorim (PSC/SE), inclusive, apresentou emenda neste sentido.

Ainda no período, a entidade protocolizou Pedido de Providências perante o Conselho Nacional do Ministério Público tratando do feito que, então sob a relatoria do conselheiro Jeferson Coelho, deu origem ao reconhecimento do direito à percepção, pelos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), de ajuda de custo para remoção, independentemente de se darem estas a pedido ou não. Requereu-se, assim, em razão de interpretações equivocadas que se tem verificado no âmbito da Administração do MPT, seja determinado à Procuradoria-Geral do Trabalho que efetue o pagamento da ajuda de custo por remoção a pedido aos membros da instituição cujos atos de remoção tenham se dado em período inferior a doze meses entre a nomeação e a primeira remoção no cargo, já que o CNMP, ao estabelecer lapso temporal para pagamento de indenização desta espécie, levou em consideração tão somente o intervalo entre uma remoção e outra, não tendo havido deliberação de aplicação dessa regra, em momento algum, entre o ato de nomeação do membro e a sua primeira remoção.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

dynamus consult

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1108 11º andar, Brasília/DF CEP 70070-904
Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275
e-mail: anpt@anpt.org.br

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço *www.anpt.org.br*, e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

CCJ do Senado aprova indicação de Lelio Bentes para o CNJ

Foto: Ascom/ANPT

ANPT acompanhou a sabatina

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, dia 07 de abril, com 23 votos favoráveis, a indicação do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ex-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) Lelio Bentes Corrêa para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2015/2017. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou sabatina.

O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou a vasta experiência profissional, acadêmica e os inúmeros prêmios e distinções recebidos pelo ministro. Em seu relatório, que já havia sido aprovado pela Comissão, Jucá ressaltou, ao final, que se trata de uma indicação que "sem dúvida nenhuma honrará o CNJ e o TST".

Nova ministra do TST é empossada com a presença da ANPT

Tomou posse, dia 10 de março, a ministra Maria Helena Mallmann, que era desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, e passa a compor os quadros do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o vice-presidente da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da solenidade, que contou também com a presença de outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), magistrados, ministros de Estado e de Tribunais Superiores, advogados, entre outras autoridades.

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT cumprimentou a ministra empossada

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT com o presidente da APMP

ANPT participa da posse da nova diretoria da APMP

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 13 de março, da posse da nova diretoria da Associação Paulista do Ministério Público (APMP). A solenidade aconteceu no teatro Municipal de São Paulo.

O mandato da diretoria é de dois anos e foi reconduzido ao cargo de presidente Felipe Locke Cavalcante.

ANPT participa da posse de Grijalbo Coutinho como desembargador do TRT-10

Foi realizada, dia 27 de fevereiro, a posse solene do juiz Grijalbo Fernandes Coutinho como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com a diretora financeira da entidade, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro, além de diversos outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), acompanharam a solenidade, que aconteceu no Edifício-Sede do Tribunal.

Foto: Ascom/ANPT

Solenidade solene de posse

TERCEIRIZAÇÃO

MAIS
- acidentes
- rotatividade
- precarização

MENOS
- direitos
- salário
- respeito

Trabalhador não pode ser descartável!

NÃO à terceirização sem limite.

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO